

Indústria Brasileira

▼ **MINISTRO DA INFRAESTRUTURA TARCÍSIO DE FREITAS**
"O Brasil vai virar um canteiro de obras"

Revista da Confederação Nacional da Indústria ► Ano 6 n° 55


maio 21



É preciso investir no futuro agora

Com as restrições fiscais do setor público, o aumento do investimento privado é uma das trilhas para o crescimento econômico

LICITAÇÕES ► Novo marco legal traz avanços mas ainda carrega problemas
COVID-19 ► Saiba por que a quebra de patentes das vacinas é um equívoco
TRIBUTOS ► Alexis Fonteyne (Novo-SP) diz que reforma é urgente



O SENAI TRANSFORMA ALUNOS EM PROFISSIONAIS QUE FAZEM O FUTURO DA INDÚSTRIA.

O SENAI é referência em educação profissional em toda a América Latina e já formou mais de 78 milhões de brasileiros. Possui metodologias ativas e inovadoras, atuando com situações reais do mundo do trabalho, garantindo maior índice de empregabilidade.






Oferta alinhada às necessidades da indústria para os alunos e profissionais, desde cursos de qualificação, técnicos e de aperfeiçoamento até a graduação e pós-graduação tecnológica. Opera com excelência em todas essas áreas e, o melhor, sempre oferecendo a mesma qualidade na educação a distância. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

**O SENAI está construindo hoje
o futuro do trabalho.**

#pelofuturodotrabalho

#ofuturodatrabalho

Saiba mais em www.sempresisenai.com.br

 /senainacional  /senainacional  /senainacional
 /senaibr  /senai-nacional

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

PELO FUTURO DO TRABALHO

Carta às leitoras e aos leitores

A retomada da atividade produtiva e a sustentação no tempo do crescimento econômico do país não dependem de uma ação isolada ou da aprovação desta ou daquela reforma. Elas serão fruto de um conjunto de ações que dependem da decisão coordenada de diferentes agentes políticos e econômicos e das limitações contextuais impostas.

O tema de capa desta edição procura chamar a atenção para a importância do aumento do investimento privado, sobretudo na área de infraestrutura, de modo que as empresas busquem compensar, ou ao menos amortecer, os efeitos das sérias limitações fiscais do setor público, endividado em todos os níveis da Federação.

Os investimentos privados em infraestrutura somam hoje apenas 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) anual, quando deveriam estar entre 4% e 5% [do PIB] ao ano, na avaliação do economista Cláudio Frischtak, sócio da consultoria Inter.B e especialista no assunto. Não há reforma tributária

ou administrativa que, no curto prazo, produza efeitos que possam atender às necessidades de investimento no setor.

Em entrevista para a revista *Indústria Brasileira*, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, disse que o governo deve contratar cerca de R\$ 260 bilhões em investimentos em aeroportos, ferrovias e rodovias, por exemplo. “O Brasil vai virar um canteiro de obras”, promete.

Entre os demais temas desta edição, também são destaque a decisão do Supremo Tribunal Federal que reviu a incidência do ICMS sobre o PIS/Cofins, a crítica do setor farmacêutico à proposta de quebra de patentes das vacinas contra a Covid-19 e uma entrevista com o deputado federal Alexis Fonteyne (Novo-SP), vice-presidente da Comissão Especial de Subsídios Tributários e Creditícios, sobre a reforma tributária.

Boa leitura e, enquanto durar a pandemia, se proteja e proteja as pessoas próximas a você!



Conheça
o Sistema
Indústria

CNI

facebook ▶ [cni brasil](#)
flickr ▶ [cniweb](#)
instagram ▶ [cni br](#)
twitter.com ▶ [cni_br](#)
linkedin ▶ [cni-brasil](#)
youtube ▶ [cniweb](#)

SESI

facebook ▶ [SESI Nacional](#)
youtube ▶ [sesi](#)
linkedin ▶ [sesi-nacional](#)

SENAI

facebook ▶ [senainacional](#)
instagram ▶ [senai_nacional](#)
twitter ▶ [senainacional](#)
youtube ▶ [senai br](#)
linkedin ▶ [senai-nacional](#)

IEL

facebook ▶ [IELbr](#)
instagram ▶ [ielbr](#)
twitter ▶ [iel_br](#)
linkedin ▶ [iel-nacional](#)

sumário

edição nº 55 maio 2021

6 ARTIGO DO PRESIDENTE

8 REPORTAGEM DE CAPA

Por que é tão importante aumentar a fatia do setor privado na taxa de investimento do país

16 INFOGRAFIA

Veja o mapa de investimentos que somam R\$ 741,5 bilhões em vários segmentos do setor de infraestrutura

18 LICITAÇÕES

As novas regras de concorrências públicas devem modernizar as contratações e dar mais segurança jurídica às partes

22 TARCÍSIO DE FREITAS

Ministro de Infraestrutura explica por que o país assistirá a um crescimento exponencial no número de obras e empregos

24 INDÚSTRIA EM AÇÃO

Indústrias continuam contribuindo no enfrentamento da Covid-19 com doações de alimentos e reparos de equipamentos

26 VACINAS

Representantes do setor produtivo dizem que é um erro quebrar patentes das vacinas contra a Covid-19 e enumeram os prejuízos potenciais a longo prazo

30 CUSTO BRASIL

Julgamento do STF sobre a incidência do ICMS na base do Pis-Cofins revela uma das piores faces do oneroso sistema tributário brasileiro

34 5 PERGUNTAS PARA...

Alexis Fonteyne, deputado federal pelo Novo (SP), sobre a importância da aprovação da reforma tributária neste ano

36 TERMÔMETRO

Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) mostra que empresários estão menos confiantes, mas ainda otimistas

38 DASHBOARD

Consulte o painel de séries históricas, estudos e pesquisas conduzidos pela área técnica da CNI

40 GIRO BRASIL

SENAI do Amazonas oferece 31 cursos de qualificação profissional com 720 vagas nas áreas de eletroeletrônica e alimentos, entre outras

42 PANDEMIA

SESI vem tendo papel importante no apoio às empresas e à sociedade para enfrentar os efeitos do novo coronavírus

46 OUTRA VISÃO

Silvio Meira (TDS) fala sobre as transformações digitais impulsionadas pela pandemia e o novo normal “figital”



pode contar

Em busca de propósito e mudança, a Letícia Piagentini (à esquerda na foto) e a Fernanda Sanino resolveram empreender. Assim nasceu a Lumberjills, uma empresa de Marcenaria e Tapeçaria Criativa. Para concretizarem esse sonho, elas fizeram cursos do SENAI em marcenaria, tapeçaria e Madeira Viva antes de abrirem a empresa. Hoje, além da empresa, as duas também oferecem cursos e tem um canal no YouTube.

“A Letícia sempre desenhou muito bem e pensou em abrir um negócio que pudesse usar essa habilidade e achou um curso de desenho de mobiliário. Quando fez o curso, notou que também gostaria de fazer os móveis que desenhava e buscou um curso de marcenaria. Surgiu aí a ideia de abrir a Lumberjills. A Letícia foi a primeira a sair do emprego antigo e começou fazendo os cursos de marcenaria pela escola da Leo Madeiras, e lá soubemos dos cursos do SENAI que eram mais avançados. Dentro do SENAI, além da marcenaria, fizemos o de tapeçaria, e, por fim, chegamos no curso do Madeira Viva. Isso tudo em 2014, antes até de abriremos a empresa”, conta Fernanda.

Investimento privado para o bem do Brasil



► **Robson Braga de Andrade**

empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A economia brasileira retomou o caminho da recuperação, após a brutal recessão causada pela pandemia da Covid-19, que paralisou indústria, agropecuária, comércio e serviços. Diante das conhecidas restrições fiscais do setor público, o crescimento econômico – neste e nos próximos anos – será tão mais expressivo e consistente quanto maior for o investimento privado. Não há como escapar dessa fórmula. É preciso incentivar, com todos os meios disponíveis, novos projetos produtivos nas diversas áreas da infraestrutura.

O tão desejado crescimento sustentado ao longo do tempo, sem bolhas nem inflação fora do controle, tem mais condições de se viabilizar pelos investimentos do que pelo consumo. Somente com o aumento do volume de recursos aplicados na economia real será possível aperfeiçoar nossa deficiente infraestrutura, além de inovar, ampliar a competitividade e a produtividade e melhorar a qualidade de produtos e serviços. Apostar nesse rumo é gerar emprego, riqueza e bem-estar para a população.

Infelizmente, o volume de investimentos como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) permanece muito aquém do necessário: estava em 20,9% em 2013, quando iniciou uma trajetória contínua de queda. Em



2017, chegou à marca histórica de 15% do PIB. Em 2018, 90% dos países investiram mais do que o Brasil, o que mostra o tamanho da estagnação nacional na comparação com o resto do mundo. No ano passado, quando a economia passou por uma forte contração, a taxa de investimentos subiu um pouco e chegou a 16,4% do PIB.

Isso é pouco, seja qual for o parâmetro por meio do qual se queira analisar, tanto em relação aos nossos principais concorrentes no plano global quanto ao que já fizemos no passado. Para investir, os empresários precisam de confiança no desempenho da economia e na possibilidade de sucesso em seus negócios. Esse otimismo nasce naturalmente, quando as políticas públicas vão no sentido de aumentar a segurança jurídica, cortar a burocracia, em especial a tributária, diminuir os custos de empreender, facilitar o crédito e estimular o emprego.

As políticas liberalizantes adotadas nos últimos anos têm a direção correta, mas é indispensável aprofundá-las. Nunca é demais insistir na necessidade das grandes reformas estruturais que possam diminuir o peso do Estado sobre as empresas e capacitar a economia a se expandir. O impulso aos investimentos a ser dado por uma ampla modernização do sistema tributário

nacional é incalculável, já que o emaranhado de obrigações desnecessárias hoje existentes desanima qualquer um que pense em iniciar ou ampliar seu negócio no país.

A ampliação da participação privada na infraestrutura brasileira por meio das concessões de portos, aeroportos, ferrovias e rodovias, conforme tivemos a satisfação de observar nas últimas semanas, é um requisito para o aumento dos investimentos na economia. Além disso, é imprescindível avançar decididamente na privatização das empresas estatais, como a Eletrobras e as companhias de saneamento. O Estado não tem mais condições fiscais e gerenciais de fazê-las se desenvolver e prestar serviços de qualidade.

O povo brasileiro é reconhecidamente um dos mais empreendedores do mundo. Falta a ele condições adequadas de pôr essa característica em prática com mais vigor. É necessário aproveitar o momento de recuperação e de estímulo à participação privada na infraestrutura para remover os crônicos obstáculos ao nosso desenvolvimento econômico. Trabalhar pela promoção dos investimentos das empresas significa fortalecer a economia, gerar empregos e aumentar a renda da população. É atuar pelo bem do Brasil. ■

Quem sabe onde vai não precisa esperar

RESTRIÇÕES FISCAIS NO SETOR PÚBLICO AUMENTAM A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS NA TAREFA DE ALAVANCAR A INFRAESTRUTURA E AJUDAR NA RETOMADA DO CRESCIMENTO

Realizados em abril, os leilões de concessão de 22 aeroportos federais e da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) vão gerar, juntos, investimentos de pelo menos R\$ 36 bilhões até 2056. A modernização e a ampliação da capacidade de atendimento dos aeroportos privatizados vão exigir R\$ 6 bilhões do setor privado nos próximos 30 anos. Já os investimentos previstos para ampliar os serviços da Cedae serão de, pelo menos, R\$ 30 bilhões em 35 anos.

Diante de um cenário de grave aperto fiscal no setor público, que deve continuar nos próximos anos, e de um orçamento quase todo comprometido com despesas obrigatórias, o investimento privado ganha cada vez mais importância para a retomada da economia, afirma o economista Cláudio Frischtak, sócio da Inter.B, consultoria internacional de negócios com sede no Rio de Janeiro.

Frischtak afirma que a restrição fiscal no âmbito federal, assim como em boa



parte dos estados e dos municípios, é algo estrutural. Consequentemente, para ele, devem-se ampliar os investimentos privados em infraestrutura. Atualmente em 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) anual, esses investimentos deveriam estar “entre 4% e 5% [do PIB] ao ano”, e isso só pode ocorrer via setor privado, defende o economista. “Desde que você esteja transferindo obrigações de investimento e modernização para o setor privado, nesse sentido estrito, é um sucesso”, diz.

Além de atrair recursos estrangeiros e estimular a atividade econômica, incluindo a geração de



◀ Os investimentos privados em infraestrutura são de apenas 1,8% do PIB, quando deveriam estar entre 4% e 5%

▼ Capa

novos empregos, os investimentos do setor privado por meio de concessões públicas, da abertura de capital de empresas federais ou de privatizações trazem recursos adicionais para o caixa dos governos dos três entes da Federação. A venda dos aeroportos federais, por exemplo, gerou uma receita de R\$ 3,3 bilhões por meio da outorga, que é uma autorização dada ao setor privado para explorar a concessão pública.

Fernando Faria, sócio de infraestrutura da consultoria KPMG, afirma que o investimento privado é muito importante por várias razões. “Primeiro, o déficit de investimento é muito significativo. O setor privado tem um papel muito importante nesse sentido. O próprio déficit fiscal também limita a participação do setor público nesses projetos”, explica ele.

No Rio de Janeiro, que teve de renegociar suas dívidas com o governo federal em 2017, a venda da Cedae gerou uma receita de R\$ 10,6 bilhões ao governo estadual. Parte desses recursos será obrigatoriamente investida em projetos estaduais de despoluição, o que beneficiará toda a população e estimulará a economia fluminense. Atualmente, mais de um milhão

de famílias ainda não têm acesso a abastecimento de água e mais de 60% do esgoto produzido no estado não é tratado.

A estimativa do Ministério de Desenvolvimento Regional é que, com a concessão, sejam atendidos 13 milhões de pessoas com esgoto e água tratada. Além disso, conforme o Ministério, pelo menos R\$ 1,86 bilhão dos investimentos previstos deverá ser alocado na melhoria dos serviços em favelas. Nos primeiros cinco anos da concessão, deverão ser investidos R\$ 12 bilhões na universalização dos serviços de infraestrutura de água e esgoto. Em 12 anos, os investimentos obrigatórios somarão R\$ 25 bilhões.

AMPLIAR O SANEAMENTO BÁSICO

Wagner Cardoso, gerente-executivo de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), lembra que esses investimentos demandam uma cadeia produtiva longa. “Isso vai impulsionar a construção civil, a indústria de máquinas e a indústria química. Vai aumentar a demanda por indústrias que forneçam materiais e equipamentos para essas concessões”, afirma. Segundo ele, a privatização

Leilão de
22 aeroportos
arrecadou
R\$ 3,3 bilhões
em abril

Ágio médio foi de **3.822%**
acima do lance mínimo inicial
fixado pelo edital



da Cedae é o primeiro passo para ampliar a oferta de saneamento básico para a população brasileira.

“O saneamento é o patinho feio da infraestrutura brasileira. Temos mais de 5.200 municípios atendidos por empresas estatais que não têm recursos e [têm] todos os problemas que conhecemos”, destaca Cardoso. Dados do Painel Saneamento Brasil, iniciativa do Instituto Trata Brasil (ITB), mostram que 33,226 milhões de pessoas não têm acesso à água no país e 93,730 milhões não contam com coleta de esgoto. A privatização do setor é um caminho para resolver esses problemas, diz Cardoso.

Aprovado em 2020, o Novo Marco do Saneamento Básico é visto como uma forma de atrair investimentos privados para levar água e esgoto a toda a população, melhorar a qualidade do serviço e estimular a retomada da economia. “O saneamento tem uma grande capilaridade, com muitas obras no interior. Nós aprovamos uma lei boa que já tem seus benefícios e um leque de privatização, mas ainda não podemos comemorar, porque falta a regulamentação”, pontua o gerente da CNI.



A legislação aprovada no ano passado e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro prevê universalizar o saneamento básico no país até 31 de dezembro de 2033. A meta é atingir cobertura de 99% para o fornecimento de água potável e de 90% para coleta e tratamento de esgoto, o que exigirá investimentos de até R\$ 700 bilhões.

“Estamos em uma pandemia e, mesmo assim, conseguimos avançar com esses projetos e leilões, atraindo *players* que são muito importantes para o país”, avalia Faria, da KPMG. Ele destaca, ainda, que, no caso da

É preciso reduzir a insegurança jurídica e a instabilidade regulatória, segundo o economista Cláudio Frischtak, sócio da Inter.B.

Bloco Sul: 9 aeroportos por **R\$ 2,128 bilhões**, com ágio de **1.534,36%**

PR Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Bacacheri

RS Pelotas, Uruguaiana e Bagé

SC Navegantes e Joinville

Bloco Norte: 7 aeroportos por **R\$ 420 milhões**, com ágio de **777,47%**

AM Manaus, Tabatinga e Tefé

RO Porto Velho

AC Rio Branco e Cruzeiro do Sul

RR Boa Vista

▼ Capa

Cedae, muitos participantes do leilão foram investidores internacionais que já têm alguma operação no Brasil. “A necessidade de investimento privado é tão grande que precisamos desse *pool* de capital de fora do país. Tudo isso é muito positivo para a retomada do crescimento econômico”, afirma.

Na sua avaliação, a agenda de investimentos para a área de infraestrutura é bem ambiciosa. “O grande desafio vai ser implementar a agenda dentro dos prazos, mas temos sempre competição nesses leilões, que são melhores quanto mais competitivos forem, com *players* de valor”, argumenta Faria. Conseguir isso, principalmente em meio a uma pandemia, é um grande desafio, mas também é fundamental para garantir a competição que gera valor para o governo e para a população brasileira.

INSEGURANÇA JURÍDICA

Frischtak, da Inter.B, chama a atenção para outro fator positivo associado ao investimento privado em infraestrutura: melhorar a governança das empresas hoje sob gestão pública. “Não é um problema de ideologia, é um problema pragmático. Temos

que assegurar que as empresas funcionem bem, que tenham boa governança e boa gestão”, afirma. Entretanto, para atrair investidores, diz, é preciso reduzir a insegurança jurídica e diminuir a imprevisibilidade regulatória.

Esta última, destaca ele, é algo preocupante. “A Lei das Agências de 2019 foi excelente, mas sofreu alguns vetos que foram deletérios, porque abriu espaço para a politização das agências”, comenta. Isso aumentou a imprevisibilidade e o risco regulatório, segundo Frischtak. “Eu me preocupo com que esses problemas se tornem elementos estruturais que afetem o investimento em infraestrutura”.

Os elementos conjunturais, avalia, são a incerteza macroeconômica, pelo fato de o Brasil não ter um programa fiscal que assegure a solvência do país em médio e longo prazos, e a incerteza política. Há ainda, segundo ele, a incerteza relacionada à questão ambiental. “Tivemos, em anos recentes, uma turbulência desnecessária na área ambiental. Nossa reputação deteriorou-se muito. Os leilões poderiam ter sido mais bem-sucedidos se pudéssemos afastar esses

• **Bloco Central: 6 aeroportos** por R\$ 754 milhões, com ágio de 9.156%

GO Goiânia

MA São Luís e Imperatriz

PI Teresina

TO Palmas

PE Petrolina



Fonte: Ministério da Infraestrutura

elementos que introduzem riscos e incertezas”, diz Frischtak.

Para ele, também é importante uma modelagem no programa de concessões. “Dou o exemplo da Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), um projeto desafiador e sobre o qual existem dúvidas, se vai poder ou não seguir adiante. O grande desafio não é completar a linha férrea, mas construir o porto em Ilhéus (BA), devido aos riscos ambientais e à complexidade da obra”, explica o consultor. A Fiol pretende interligar as Regiões Norte (Tocantins), Nordeste (Maranhão) e Centro-Oeste (Goiás) ao porto de Ilhéus (BA).

Segundo ele, esse é um projeto caro e há dúvida de que, mesmo com o minério de ferro a US\$ 200 por tonelada, o porto seja viável. “Nesse aspecto, acho que devemos ter muito cuidado com projetos que não são viáveis, que não ficam em pé do ponto de vista financeiro, mas que o governo tem abraçado para licitar”, alerta. O trecho 1 da Fiol, de 537 quilômetros entre Ilhéus e Caetité, na Bahia, foi leiloado em abril por R\$ 32,7 milhões. A concessão vai durar 35 anos, com investimentos de R\$ 3,3 bilhões.

INVESTIMENTOS EM FERROVIAS

A estimativa do Ministério da Infraestrutura é de que esses investimentos vão contribuir para a criação de 55 mil empregos diretos e indiretos e para o aumento de renda da população ao longo da concessão. A expectativa é de que o trecho 1 da Fiol comece a operar em 2025, transportando mais de 18 milhões de toneladas de carga por ano, cujo principal produto deverá ser o minério de ferro produzido na região de Caetité. Em dez anos, prevê o governo, esse volume vai mais do que dobrar, superando 50 milhões de toneladas em 2035.

Além de minério de ferro, a ferrovia será usada para o transporte de alimentos processados, cimento, combustíveis, soja em grão, farelo de soja, manufaturados, petroquímicos e outros minerais. A operação inicial contará com 16 locomotivas e 1.400 vagões, dos quais 1.100 serão destinados apenas para o escoamento de minério de ferro. Com o aumento da demanda, a expectativa é chegar a 34 locomotivas e 2.600 vagões em dez anos.

Até 2025, os investimentos para ampliar a malha ferroviária no país, por meio de concessões públicas, devem ficar em, pelo menos, R\$ 30 bilhões, segundo estimativas do Ministério da Infraestrutura. Um estudo de 2018 da Fundação Dom Cabral mostrou que as ferrovias respondem pelo escoamento de 5,4% da produção brasileira. A maior parte desse escoamento, 75%, é feita por meio da malha rodoviária. O objetivo do governo é ampliar a participação da malha ferroviária nos próximos anos.

Entre os projetos listados no Programa de Parceria de Investimentos (PPI) está a Ferrogrão. O projeto visa consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte. A ferrovia conta com uma extensão de 933 km, conectando a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao estado do Pará, desembocando no Porto de Miritituba. Estão previstos, também, o ramal de Santarenzinho, com 32 km, e o ramal de Itapacurá, com 11 km. São estimados investimentos de R\$ 63,7 bilhões em 69 anos.

Dados do Ministério da Infraestrutura, divulgados pelo jornal *O Estado de S.Paulo* em abril, mostram que mais de R\$ 5,2 bilhões foram injetados em 60 projetos de infraestrutura portuária na região do Arco Norte desde 2014. A cifra é conservadora, porque alguns empreendimentos não detalham seus investimentos. A lista inclui, ainda, 19 terminais públicos que foram concedidos à iniciativa privada desde 2017, somando mais R\$ 3,7 bilhões de investimento e totalizando R\$ 8,9 bilhões.

MAIS DE 5.000 KM EM RODOVIAS

Na área rodoviária, o PPI já selecionou trechos de rodovias federais em 10 estados, que somam 5.348 km, para serem concedidos ao setor privado. Os investimentos iniciais estão estimados em R\$ 53,6 bilhões durante o período de concessão. A intenção do Ministério da Infraestrutura é realizar os leilões até o final de 2022, e os estudos estão sendo feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Há trechos de rodovias no Ceará e no Rio Grande do Sul (BR-116) e em Goiás (BR-060).

“Temos um programa de concessões corretamente ambicioso. Particularmente,

▼ Capa

nós temos um programa de concessões rodoviárias e, quando você soma as rodovias federais e estaduais, é o maior do mundo”, explica Faria, da KPMG. “Existe um risco de não termos um número suficiente de interessados para esse conjunto amplo de ativos, mas não temos alternativa e devemos correr esse risco. Na pior das hipóteses, você pode remodelar, mudar alguns parâmetros e o tamanho da outorga e recolocar em leilão”.

Embora considere o investimento privado importante para a retomada do crescimento econômico, Marcus Quintella, diretor do Centro de Estudos FGV Transportes, afirma que ele precisa atuar de forma complementar. “Não existe nenhum país do mundo onde o investimento privado seja responsável pela construção da infraestrutura do país”, ressalta. Nos últimos 10 anos, diz, o Brasil vem investindo pouco em infraestrutura — em torno de 1% do PIB, sendo de 0,2% na área de transportes.

Atualmente, segundo ele, o governo parece estar montando uma política de Estado, em que a arrecadação via outorga não é o objetivo principal, mas sim a melhoria da infraestrutura brasileira. “Isso

é usar a iniciativa privada para gerar emprego e preparar a infraestrutura”, argumenta. Ele acredita que a política é muito boa, embora não vá atender às necessidades do país somente com investimento privado. É preciso também investimento público, defende.

Quintella estima que os custos de logística representem atualmente cerca de 15% do PIB, o que prejudica a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional. O custo é altíssimo, diz ele, porque é impactado pelas condições das rodovias, pelos pedágios e pelo tempo de viagem. “Esse é o grande problema da competitividade do Brasil. Somos altamente competitivos no mundo em termos de agronegócio, da porteira para dentro, mas quando vamos transportar soja ou milho, temos problemas para chegar ao porto”.

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Se há oportunidades para o investimento privado, ainda há inúmeros obstáculos a serem superados, diz Frischtak, da Inter.B. Ele cita como exemplo a necessidade de regulamentação da Nova Lei do Gás

Leilão da Cedae, no Rio de Janeiro, arrecadou R\$ 22,6 bilhões

Valor superou expectativa de arrecadação inicial, que era de **R\$ 10,6 bilhões**, em 114%



e do Novo Marco do Saneamento, que dependem de decretos federais para a definição do modelo de exploração desses setores. Ambas as propostas foram aprovadas em 2020 pelo Congresso Nacional. E no dia 19 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou a privatização da Eletrobras, apesar de algumas resistências.

Para Frischtak, ela já devia ter acontecido desde os anos 1990. “A Eletrobras precisa ser privatizada. Não sei se é o melhor modelo, mas discutir modelos neste momento vai atrasar a privatização por mais dez anos, avalia. Se a Eletrobras tivesse sido privatizada nos anos 1990, argumenta, o Brasil teria uma empresa bem distinta. “Não teríamos tido bilhões de reais de prejuízo com as distribuidoras que, graças a Deus, agora já foram privatizadas”.

Faria, da KPMG, destaca que é importante reunir o consenso necessário para avançar com esses projetos, seja a privatização da Eletrobras, seja o Novo Marco do Gás. “São processos que levam seu tempo, como o Novo Marco do Saneamento — um processo longo, mas que chegou a um bom resultado”, afirma. Ele diz que é muito importante fazer esse trabalho

bem, pois o pior que pode acontecer é haver retrocesso. “Na medida em que você quer atrair o setor privado e investidores internacionais, é importante ter um processo que, em termos de calendário, tenha credibilidade”.

Nesse sentido, diz Frischtak, o Legislativo tem um papel importante. “O Congresso Nacional tem mil defeitos, mas a verdade é que, nessas duas legislações, de saneamento básico e do Novo Marco do Gás, teve um papel importante”, diz. Segundo ele, o Legislativo desempenhou um papel excepcional: foram aprovadas duas legislações de primeira grandeza, que devem estimular novos investimentos privados ao longo dos próximos anos.

Frischtak afirma, ainda, que é importante calcular a taxa social de retorno das concessões públicas ao setor privado, e que é preciso melhorar a governança do investimento público e do investimento financiado pelo setor público. “Parte da governança é planejamento, qualidade de projeto e cálculo da taxa social de retorno. Nós temos uma agenda legislativa que precisamos fazer andar. Então, a relação do Executivo com o Congresso é fundamental”, finaliza. ■



Bloco 1

Arrematado por R\$ 8,2 bilhões, com ágio de 103,13%

Bloco 2

Arrematado por R\$ 7,286 bilhões, com ágio de 129,68%

Bloco 3

Não teve lances. Será licitado novamente.

Bloco 4

Arrematado por R\$ 7,203 bilhões com ágio de 187,75%

Fonte: Estado do Rio de Janeiro e B3

EXPECTATIVA DE INVESTIMENTOS DE R\$ 741,5 BILHÕES

De 2016 a 2020, mais de 200 projetos foram leiloados, concluídos ou tiveram contratos assinados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento (PPI)



FERROVIA

O projeto visa consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte

Locais: MT e PA

Investimento estimado **R\$ 8,4 bilhões**



OUTRAS CONCESSÕES PREVISTAS PARA 2021

SETOR

ITEM

FERROVIAS

02 FERROVIAS

RODOVIAS

05 RODOVIAS

PORTOS

15 TERMINAIS PORTUÁRIOS
01 DESESTATIZAÇÃO DA CIA DOCAS

ÓLEO E GÁS

01 RODADA DE CONCESSÃO DE BLOCOS
02 BLOCOS EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA

AEROPORTOS

01 AEROPORTO

ENERGIA ELÉTRICA

01 LEILÃO DE TRANSMISSÃO
02 LEILÕES DE ENERGIA EXISTENTE

TELECOMUNICAÇÕES

5G

FONTE: PPI

RODOVIA

BR-153 e BR-414, do sistema rodoviário que liga o Meio-Norte do Brasil à Região Centro-Sul

Locais: GO e TO

Investimento previsto
R\$ 14 bilhões

AEROPORTOS

Bloco Norte II (no Pará), Bloco RJ-MG e Bloco SP-MS, que inclui os aeroportos de Congonhas e Campo de Marte, em São Paulo

Locais: PA, AP, RJ, MG, SP e MS

Investimento previsto
R\$ 5,2 bilhões

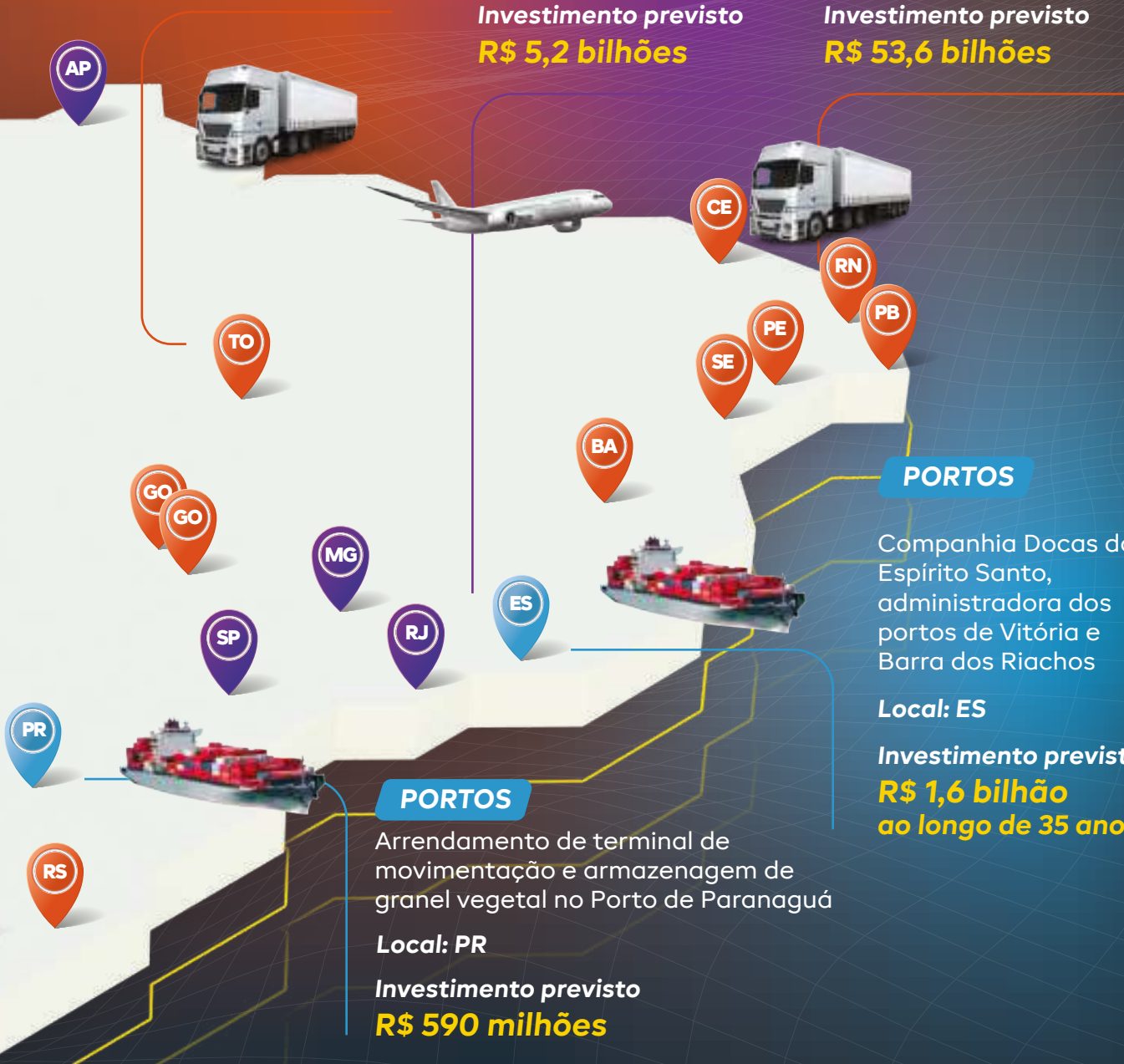
RODOVIAS

Trechos em 10 estados que totalizaram 5.348 km de concessão: BR-101, BR-116, BR-304, BR-230, BR-232, BR-235, BR-364, BR-060, BR-452, BR-290, BR-153, BR-471, BR-158 e BR-392

Locais: BA, RN, CE, PB, PE, SE, RO, MT, GO e RS

Impacto: estudos em andamento

Investimento previsto
R\$ 53,6 bilhões



PORTOS

Companhia Docas do Espírito Santo, administradora dos portos de Vitória e Barra dos Riachos

Local: ES

Investimento previsto
R\$ 1,6 bilhão
ao longo de 35 anos

PORTOS

Arrendamento de terminal de movimentação e armazenagem de granel vegetal no Porto de Paranaguá

Local: PR

Investimento previsto
R\$ 590 milhões

Governo federal terá de criar portal com informações sobre licitações públicas

Os principais pontos da Lei 14.133/2021

- Criação do Portal Nacional das Contratações Públicas pelo governo federal, que concentrará todas as informações sobre licitações públicas feitas pela União, pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal.
- Acréscimo de uma nova modalidade de contratação – o diálogo competitivo –, que vai se somar a pregão, concorrência, concurso e leilão.
- Permissão do uso do seguro-garantia nas licitações, o que poderá contribuir para a redução de obras inacabadas.
- Pena de reclusão (cumprimento inicial em regime fechado) de quatro a oito anos e multa para casos de fraude em licitações públicas.
- Formas de fraude: entregar mercadorias ou prestar serviços diferentes dos previstos no edital; fornecer como verdadeira mercadoria falsa ou deteriorada; alterar qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido e qualquer fraude que “torne injustamente mais onerosa” a compra para a administração pública.

Novas regras para licitar

NOVA LEI DE LICITAÇÕES INIBE A PARALISAÇÃO DE OBRAS E AUMENTA PENAS PARA CRIMES, MAS É CRITICADA POR BUROCRACIA E INSEGURANÇA JURÍDICA

Sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro em abril com 26 vetos, a nova Lei de Licitações (Lei 14.133, de 2021) traz vários avanços, mas ainda pode ser aperfeiçoada com a regulamentação, já iniciada pelo Ministério da Economia, e com a análise dos vetos pelo Congresso Nacional. Entidades e empresas defendem a derrubada de pelo menos três vetos, que podem dar mais segurança jurídica às obras e aos serviços do setor público. A nova lei já está em vigor e substituirá as normas anteriores no prazo de dois anos.

Nesse período de transição, as regras novas e antigas irão coexistir e a administração pública poderá optar pela aplicação de uma delas. Isso só não valerá para os crimes licitatórios, cuja nova redação já substituiu as regras anteriores. Com 194 artigos, a lei cria uma modalidade de contratação (diálogo competitivo), aumenta penas para crimes relacionados a licitações e contratos e exige seguro-garantia para obras de grande porte. A garantia, que será de até 30% do valor da licitação, permite que as seguradoras assumam obras interrompidas.

Entre os pontos positivos estão as regras relativas a preços inexequíveis e o dispositivo que tenta inibir a paralisação de obras pelos órgãos de controle, possibilitando ao poder público optar pela continuidade de

►
“A lei realmente frustrou o setor. No momento, não podemos elogiá-la”, critica Emir Cadar Filho, presidente da Brasinfra



um contrato mesmo após suspeitas de irregularidades. Os eventuais desvios devem ser solucionados por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

Do ponto de vista do setor de obras rodoviárias, diz Danniel Zveiter, presidente da Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor), a lei dá atenção especial à fase de planejamento. “Essa fase de planejamento engloba a elaboração de projetos. Então, se a regulamentação dessa fase for bem explorada pela administração pública, ela será muito bem-vinda para o nosso setor”, argumenta ele.

José Eugênio Gizzi, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon-PR), afirma que a nova lei torna mais claros os critérios para classificar uma proposta de preço como inexequível. “Ela está melhor em limitar isso, fazendo uma linha de corte clara para obras com valores acima de 25% e que são consideradas inexequíveis. Além disso, descontos acima de 15% precisam ser complementados com seguro-garantia”, explica ele.

Pela lei, essa garantia aumenta 1% para cada ponto percentual de desconto acima dos 15%. “Então, você já tem um seguro da obra contratual e mais o seguro que você vai adicionando. Imagino que as seguradoras vão ter mais cuidado com isso, ao conceder esses seguros e fazer uma análise mais racional e econômica”, afirma Gizzi. Ele também considera positiva a limitação da aplicação de benefícios para as pequenas e microempresas. “Estava havendo uma distorção”, comenta.

Na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a paralisação de obras é um grande problema no Brasil. De acordo com levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) realizado em 2019, foram identificadas 14.403 obras interrompidas que eram financiadas com recursos da União. O valor dos contratos somava cerca de R\$ 144 bilhões, sendo que apenas parte desse montante havia sido efetivamente investida nos empreendimentos.

A CNI destaca como pontos positivos da nova lei a ampliação da transparência nas contratações públicas, com a criação do Portal Nacional das Contratações Públicas, que concentrará todas as informações sobre contratações e execuções, e a definição de parâmetros para a exequibilidade das propostas no caso de obras e serviços de engenharia, em que serão exigidas garantias adicionais para descontos superiores a 15%.

Outro avanço, afirma Gizzi, é a introdução do diálogo competitivo. Essa modalidade será aplicada quando o objeto de contratação envolver inovação tecnológica e adaptação técnica de soluções disponíveis no mercado e quando houver impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela administração pública. “Isso permite que as empresas conversem com a administração para que, a partir daí, o órgão licitante possa apresentar um termo adequado de referência, porque haverá competidores no mercado”.

Apesar disso, há quem critique a nova legislação. Ricardo Lins Portella Nunes, vice-presidente da Federação das Indústrias do

Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), classifica a nova lei como um retrocesso. “Ela consagra o pregão como modo de licitação para o setor de obras, uma coisa extremamente grave”, destaca. “Nós estamos falando de bens de entrega futura, então nem sempre o menor preço é o melhor preço”, complementa ele, ressaltando que obras de engenharia, por exemplo, não deveriam ser contratadas apenas por pregão, cujo critério de escolha é o menor preço.

“Engenharia é algo que precisa de estudo e responsável técnico. A gente não concorda que uma obra possa ser licitada por pregão. Pregão é como leilão. Então, veio a criação do serviço comum de engenharia, que sempre combatemos”, reforça Emir Cadar Filho, presidente da Associação Brasileira dos Sindicatos e Associações de Classe de Infraestrutura (Brasinfra). “A lei realmente frustrou o setor. No momento, não podemos elogiá-la”, diz.

O único ponto positivo, afirma Nunes, é que as mudanças não precisam ser aplicadas nos próximos dois anos. “É complicado resolver. Foi uma lei feita com pressa, em que todos se envolveram e não conseguimos nada. Tudo o que pedimos ao Congresso Nacional foi negado. Ela foi feita em cima da Lava Jato. É uma lei muito ruim, vai aumentar o apagão das canetas. Nós estamos cada vez mais impedindo que o setor público faça investimentos”, comenta. Para ele, a insegurança jurídica aumentará.

Especialista em licitações públicas, Fernando Vernalha, sócio do escritório



◀ Fernando Vernalha, sócio do escritório Vernalha Pereira Advogados, acredita que a lei pode ser melhorada com a regulamentação ou após a derrubada de vetos presidenciais

Vernalha Pereira Advogados, avalia que a nova lei trouxe aperfeiçoamentos, mas afirma que ela poderia ter inovado mais e proposto um modelo menos burocrático. “Acho que a gente segue, ainda, com um modelo muito burocrático. No que diz respeito aos contratos, ela reproduz o modelo de prerrogativas e não delimita bem os direitos dos contratados”, argumenta. Segundo ele, o texto pode ser melhorado tanto na regulamentação quanto na discussão sobre a manutenção ou derrubada dos vetos presidenciais. ■

“A nova lei consagra o pregão como modo de licitação para o setor de obras, uma coisa extremamente grave”

▲ **Ricardo Lins Portella Nunes**

vice-presidente da Fiergs

É preciso atrair o capital privado

MINISTRO DA INFRAESTRUTURA APOSTA QUE OS INVESTIMENTOS RESULTANTES DO PROGRAMA DE CONCESSÕES VÃO PRODUZIR UM AUMENTO EXPONENCIAL DE EMPREGOS NO PAÍS

► O ministro espera que R\$ 260 bilhões estejam contratados até o final do ano que vem em investimentos na área de infraestrutura

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, afirma que o Brasil vai se tornar um grande canteiro de obras com as concessões programadas pelo governo na área de infraestrutura. “Muitos empregos serão gerados com esse volume de investimentos, tanto por via direta quanto indireta”, destaca o ministro, nesta entrevista à *Indústria Brasileira*. Tarcísio de Freitas é engenheiro pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras. Antes de assumir o Ministério, ele foi secretário de Coordenação de Projetos na Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) no governo de Michel Temer (2016-2018).

Já foram feitas, neste ano, as concessões de 22 aeroportos e da Ceda. Qual é a importância do investimento privado para a retomada do crescimento econômico? Nós vivemos um cenário de crise fiscal. É necessário trazer investimentos para nossa infraestrutura. Historicamente, os investimentos têm ficado aquém do desejado para manter nosso estoque físico. Isso só é possível se a gente conseguir trazer investimentos privados. O investimento privado na infraestrutura vai ajudar a aumentar a produtividade,

que é um desafio da nossa economia, e gerar emprego, que vai ter que ser uma obsessão a partir de agora. O grande desafio pós-pandemia é a geração de emprego.

Que balanço o senhor faz deste ano? No mês de abril, fizemos concessão de mais de 30 ativos para a iniciativa privada e leilão de 22 aeroportos, 5 terminais portuários, uma ferrovia e uma rodovia, além dos três blocos de concessão da Ceda, o maior leilão de saneamento da nossa história, no qual R\$ 26 bilhões foram arrecadados e quase R\$ 30 bilhões de investimento serão gerados. O saldo do mês de abril é extremamente positivo. São R\$ 54 bilhões de investimentos contratados e R\$ 27 bilhões em termos de arrecadação de novas outorgas. Então, é realmente uma demonstração de confiança do investidor com aquilo que está sendo feito no Brasil, com os modelos que estão produzidos, e mostra que estamos indo no caminho certo.

Qual a expectativa para o segundo semestre? Nós vamos ter um segundo semestre extremamente positivo também. Alguns dos maiores leilões de cada uma das áreas estão programados, como o leilão dos terminais de líquidos do Porto de Santos,



com investimentos de mais de um bilhão. Nós teremos o leilão da Rodovia Presidente Dutra, com mais R\$ 14 bilhões de investimentos, a ligação Rio-São Paulo, o leilão da BR-381 em Minas com a BR-262 no Espírito Santo... aí são mais 10 bilhões de investimento. Teremos o aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) e a privatização do Porto do Espírito Santo, que vai ser a primeira privatização portuária da história do Brasil. Então, é um marco no nosso setor portuário e vai trazer alguns bilhões de investimentos e uma celeridade na forma como esses contratos são administrados. Então, a concessão em que a gente contrata o gestor do condomínio portuário, que vai ter uma série de responsabilidades, vai trazer eficiência para a operação portuária.

O senhor destacaria algum outro projeto? Sim, há ainda o leilão da Ferrogrão. Só na Ferrogrão, estamos falando de R\$ 12 bilhões de investimentos. E temos a possibilidade de autorizar os investimentos privados por meio dos instrumentos de autorização do setor portuário e do setor ferroviário, caso o projeto de autorização de ferrovias seja aprovado. Observe que só no mês de abril foram contratados R\$ 54 bilhões de investimentos privados. Isso significa, nos números atuais, quase 10 vezes o orçamento do Ministério da Infraestrutura. O caminho para destravar a infraestrutura no Brasil é realmente a atração do capital privado.

O que podemos esperar para 2022? Em 2022 vamos manter a linha de transferir ativos para a iniciativa privada, pois temos muitos leilões programados. Serão 16 aeroportos em três blocos, incluindo Congonhas e Santos Dumont, e a relicitação de Viracopos em Campinas (SP). Isso faz com que a gente transfira toda a rede para a iniciativa privada. Também teremos leilões de muitas rodovias. São milhares de quilômetros de rodovias que servem a setores resilientes da economia ou que ligam cidades grandes. Continuaremos com os contratos de renovação antecipada de ferrovias, que trazem bilhões de reais de investimento para o setor ferroviário. Teremos, ainda, a privatização do Porto de Santos, que é o maior porto da América Latina.

O senhor já tem uma estimativa de números para o mandato do atual governo? A gente vai deixar R\$ 260 bilhões contratados até o final do ano que vem, que vão ter uma repercussão econômica muito grande. Esse é um grande legado que vai ficar, a partir de 2024-2026, que é quando esses investimentos estarão, de fato, se materializando. O Brasil vai se tornar um grande canteiro de obras, muitos empregos serão gerados e muitos pais de família terão oportunidades. Estamos falando em milhões de empregos com esse volume de investimento, tanto por via direta quanto indireta, e também de arrecadação para os municípios. ■

Indústria e



SESI PROMOVERÁ NOVA EDIÇÃO DA F1 IN SCHOOLS

Trinta e duas equipes de 17 estados brasileiros e do Distrito Federal participarão da próxima edição da competição *F1 in Schools*. O evento reproduz desafios profissionais envolvidos em uma corrida de carros do início ao fim, desde a criação da escuderia até a corrida em uma pista em miniatura. Participam da disputa, que neste ano será remota, estudantes do SESI de 9 a 19 anos. A *F1 in Schools* faz parte de um projeto internacional realizado pela própria Fórmula 1. As corridas acontecem no dia 17 de junho.



CRESCIMENTO DA ECONOMIA DEPENDE DE POPULAÇÃO VACINADA

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, afirmou que a economia terá problemas para crescer enquanto toda a população não for vacinada. A afirmação foi feita durante reunião com o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que elogiou o apoio do setor empresarial no enfrentamento da pandemia e no processo de vacinação. Andrade destacou, ainda, que o Serviço Social da Indústria (SESI) tem colocado suas unidades à disposição para apoiar a imunização da população em todo o Brasil.



m Ação



CNI PROMOVE PROGRAMA DE IMERSÃO VIRTUAL EM ISRAEL

A CNI realiza, entre 25 e 27 de maio, a primeira edição virtual do *Programa de Imersões em Ecossistemas de Inovação*. Os participantes conhecerão o que há de mais novo na agenda de tecnologia em Israel e irão visitar virtualmente locais como o Centro de P&D da Microsoft, em Haifa. O objetivo do evento é promover a interação entre empresários, acadêmicos e representantes do governo e especialistas de Israel. O programa tem apoio da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) e faz parte da *Agenda de Inserção Global via Inovação*.

INDÚSTRIA DO BEM NA PANDEMIA: MOBILIZAÇÃO BENEFICIA MILHÕES DE PESSOAS

Os esforços da indústria brasileira para ajudar o país a enfrentar a pandemia de Covid-19 vão desde a compra e o reparo de equipamentos hospitalares à doação de alimentos a programas de manutenção de renda e apoio às cadeias produtivas. Estados como Bahia, Paraíba, Minas Gerais, São Paulo e Maranhão também têm promovido campanhas para estimular a doação de cilindros de oxigênio. Em Goiás, por exemplo, a federação das indústrias tem atuado para incentivar o empréstimo de cilindros da indústria para o uso em hospitais.



INSEGURANÇA JURÍDICA: UM MAL CRÔNICO BRASILEIRO

Em artigo publicado no jornal *Valor Econômico*, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, reiterou a necessidade de uma decisão sobre a exclusão ou não do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do PIS/Cofins. A insegurança jurídica sobre o tema tem impacto direto no Custo Brasil e, segundo Andrade, “afasta investidores e capitais que poderiam estar gerando empregos”.

Escassez de bom senso

PARA REPRESENTANTES DO SETOR PRODUTIVO, QUEBRAR AS PATENTES DAS VACINAS CONTRA O CORONAVÍRUS NÃO IRÁ ACELERAR A IMUNIZAÇÃO E AINDA PODE ACARREJAR PREJUÍZOS PARA O BRASIL NO COMÉRCIO GLOBAL

A apresentação do PL 12/2021 pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e o posicionamento histórico dos Estados Unidos, admitindo o diálogo sobre uma eventual quebra de patente das vacinas contra o coronavírus, deram fôlego a um debate arriscado e inócua sobre o respeito, ou não, à propriedade industrial dos laboratórios farmacêuticos que desenvolveram – ou ainda desenvolvem – imunizantes capazes de frear a propagação da Covid-19.

Um movimento global nesse sentido foi iniciado pela Índia e pela África do Sul, tendo como um dos pilares o argumento de que muito dinheiro público foi investido nas

pesquisas. Nesse sentido, ainda que o resultado final conte com a participação de empresas, elas não deveriam ter o direito de propriedade.

Contudo, como explica o coordenador de Propriedade Intelectual da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fabiano Barreto, “há que se questionar a ideia de que a propriedade intelectual só serve ao interesse privado. Muitas universidades públicas têm patentes e são financiadas com dinheiro público. Esse direito tem um benefício coletivo, que é o de estimular a inovação, trazendo benefícios para a sociedade como um todo”.



▲
Especialistas alertam que não há excedente de vacinas no mundo nem insumos para a produção, além de não ser possível instalar um parque industrial em tão pouco tempo para dar conta da vacinação contra a Covid-19 em meio à pandemia

PRODUÇÃO

Embora a suspensão das patentes possa parecer, à primeira vista, uma solução para a escassez de vacinas, a medida é contestada por líderes globais como a chanceler alemã Angela Merkel. Para ela, existem dois fatores que precisam ser considerados: a provável falta de interesse dos laboratórios em produzir vacinas no futuro e a capacidade de produção do imunizante pelas nações.

No Brasil, em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a atuação do governo federal na pandemia, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, se disse contrário à suspensão das patentes. “Meu temor é de não termos condições de, mesmo com a quebra, conseguirmos produzir as vacinas aqui no Brasil e isso interferir de maneira negativa no aporte de vacinas internacionais”, avaliou o ministro.

Para representantes do setor farmacêutico, essa preocupação se justifica. Elizabeth de Carvalhaes, presidente executiva da Interfarma, é enfática ao afirmar que os maiores entraves para o aumento na produção e na distribuição de vacinas são a capacidade produtiva dos países, o acesso a ingredientes como os insumos farmacêuticos

ativos (IFA) e o descompasso entre o tempo de produção, a distribuição do imunizante e a velocidade com a qual o vírus e suas variantes se alastram.

“A suspensão de patentes não significa agilidade e aumento da capacidade de produção, porque replicar o ciclo de produção de uma vacina requer conhecimento técnico, tempo, insumos e capacidade produtiva. Se um determinado país não se compromete com uma estrutura com fábricas, maquinário, profissionais capacitados, logística etc., definitivamente ter essa estrutura não acontecerá de uma hora para outra”, explica Elizabeth.

Na mesma linha, o presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), Nelson Mussolini, afirma que nenhuma quebra de patente foi benéfica para a indústria farmacêutica brasileira. “Cabe ponderar que medidas desse tipo não são eficientes e positivas em si, mas aqui a questão é completamente outra. O início da produção demandaria altos investimentos públicos e demoraria muito”, diz Mussolini.

Para o executivo, uma iniciativa mais efetiva para a indústria farmacêutica seria incorporar tecnologias inovadoras em saúde mediante o aperfeiçoamento das Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs), com base em negociações transparentes e na definição clara de obrigações e contrapartidas por parte de compradores institucionais e empresas, tendo a segurança jurídica como premissa.

RISCO DE RETALIAÇÕES

Além de questionarem a efetividade da medida, representantes do setor produtivo temem que uma eventual suspensão de patentes prejudique o comércio exterior do Brasil no longo prazo. Isso porque, ao violar um dos tratados da Organização Mundial do Comércio (OMC), o país pode sofrer sanções comerciais por descumprir o Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS).



► Nenhum país terá fábricas, maquinário e profissionais capacitados de uma hora para outra, diz Elizabeth de Carvalhaes (Interfarma)

Para o presidente executivo do Sindusfarma, a flexibilização de patentes geraria uma insegurança jurídica, cujo resultado provável seria a retirada de atuais e futuros investimentos das indústrias farmacêuticas no país. “Não será com canetas e leis inócuas que vamos superar a dependência tecnológica na área da saúde. Instaurar um ambiente propício à inovação requer um plano bem elaborado, com resultados que só serão obtidos em longo prazo, desde que preservem os direitos de propriedade industrial”.

Fabiano Barreto, da CNI, destaca ainda que o licenciamento compulsório de patentes está previsto na legislação nacional – Lei de Propriedade Intelectual – dentro dos parâmetros permitidos pelo acordo TRIPS. Além disso, ele lembra que, quando houve a quebra de patentes do medicamento para o HIV, o obstáculo era o preço, e não a escassez de produção industrial. “Entre a licença compulsória e o começo da produção foram necessários dois anos. Nesse meio tempo, a gente importou o medicamento da Índia. Hoje a gente vai comprar de quem? Não há excedente de vacina no mundo e a indústria brasileira não tem capacidade de absorver a produção neste momento”, esclarece Barreto.

Em relação ao episódio citado pelo representante da CNI, a presidente executiva da Interfarma ressalta as diferenças existentes entre o medicamento da Aids e a vacina contra o coronavírus. “O primeiro é um remédio químico, o que faz com que seja muito mais facilmente copiável. Quando falamos em vacinas, estamos tratando de medicamentos biológicos, que têm uma produção muito mais complexa. Há certas variantes que são muito difíceis de serem replicadas sem conhecimentos e infraestrutura específicos. Até mesmo o armazenamento é mais complexo”, diz Carvalhaes.

Por fim, ela reforça que não se aprende nem se monta uma estrutura produtiva de uma hora para outra. Segundo ela, “o país precisa ter um plano de médio e longo prazo. Tudo o que estamos vendo nessa crise sanitária precisa nos ensinar algo”. ■



◀ Nelson Mussolini (Sindusfarma) lembra que o início da produção demandaria altos investimentos públicos e demoraria muito

Não é fácil, nem rápido.



Processos de transferência de tecnologia de média complexidade na área farmacêutica têm normalmente quatro etapas e duram, em média, cinco anos

› PROJETO

Definição do projeto, negociação de contratos, alocação de verbas e financiamentos etc.

› TESTES

Realização de testes de segurança, eficácia e qualidade das vacinas (ensaios clínicos de fase I, II e III etc.).

› APROVAÇÃO

As etapas de teste, transferência de tecnologia e produção são supervisionadas e precisam ser aprovadas pela Agência

Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

› TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Transferência de tecnologia e absorção de expertise para a incorporação do processo de produção do princípio ativo e da tecnologia de manipulação e envase das vacinas

› PRODUÇÃO

Elaboração e implementação de projetos altamente especializados de engenharia e construção fabril.

STF corrige tributação inconstitucional

SETOR PRODUTIVO COMEMORA EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. EMBATE JUDICIAL SOBRE A QUESTÃO SE ARRASTAVA HAVIA DUAS DÉCADAS

No último dia 13 de maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), tese aprovada em 2017. No julgamento do recurso da Fazenda Nacional, os ministros confirmaram a posição defendida pelos contribuintes de que o ICMS a ser excluído do cálculo é o destacado na nota fiscal. A decisão veio ao encontro do que era pleiteado pelos setores produtivos do país que, por anos, questionaram o pagamento indevido do PIS e da Cofins à União. Prevaleceu também o entendimento de que a exclusão do ICMS vale a partir de 2017, e para todos os contribuintes que questionaram a cobrança indevida antes disso, os quais têm o direito a receber os valores de volta ou a compensá-los.

A discussão sobre a incidência do ICMS sobre o cálculo do PIS e da Cofins se arrastou por mais de 20 anos e chegou a ser apelidada de “tese do século” por alguns tributaristas. Como explica o diretor adjunto jurídico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Cassio Borges, a partir de agora, o contribuinte não precisa mais considerar o valor relativo ao ICMS quando for calcular o PIS e a Cofins. Além disso, quem pagou essas contribuições calculadas de forma indevida a partir de março de 2017 tem o direito de pedir, administrativa ou judicialmente, a restituição ou a compensação dos valores pagos a mais.



▼
Relatora do caso, a ministra Cármen Lúcia lembrou que “a boa fé, a confiança e a segurança jurídica são princípios fundamentais”



▶ ara o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF), o STF tem sido obrigado a julgar questões como esta porque o Congresso ainda não fez uma reforma tributária



A confirmação da tese definida em 2017 foi uma vitória dos contribuintes. Cassio Borges destaca que a modulação da decisão do STF, definindo que a exclusão do ICMS da base de cálculo daquelas contribuições só vale a partir de março de 2017, não foi o ideal. No entanto, ele considera uma conquista as ressalvas contidas no voto da relatora, ministra Carmen Lucia, que resguardaram o direito de quem questionou, antes daquela data, os valores que foram arrecadados indevidamente. A ministra afirmou que “a boa fé, a confiança e a segurança jurídica são princípios fundamentais”.

A decisão da Suprema Corte não atendeu completamente à demanda apresentada pela CNI, que almejava a restituição integral do PIS e da Cofins pagos a mais, mas tampouco acata na integridade o pedido da União, que queria uma decisão que passasse a valer somente após o julgamento desse recurso. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pleiteava também que a diferença a ser devolvida ou compensada fosse calculada sobre o ICMS recolhido e não sobre o destacado. O impacto aos cofres públicos alegados pela PGFN era superior a R\$ 250 bilhões.

O representante da CNI explica que, “como não tivemos 100% do que foi solicitado ao Supremo, a decisão não teve o impacto fiscal de bilhões de reais anunciado pela Fazenda Nacional”. Ele ressalta, ainda, que esse argumento não poderia servir como justificativa para que a União não devolvesse as contribuições recebidas de forma indevida. “Desde 2006, o STF construiu maioria no sentido da exclusão do ICMS. Em 2014, confirmou essa posição no julgamento do Recurso Extraordinário 240.785. Isso é que gerou a legítima expectativa dos contribuintes de que o Supremo decidiria, em definitivo, em favor deles. No entanto, em vez de lançar esse valor como uma perda provável, a Fazenda Nacional seguiu investindo em uma eventual reviravolta no Supremo”, destacou Cassio Borges.

Em entrevista ao site Consultor Jurídico, o advogado tributarista Bruno Teixeira, do escritório TozziniFreire Advogados, afirmou que o julgamento terá impacto significativo em toda a sociedade, “seja em termos de desembolso do Estado, seja em relação aos resultados das companhias que possuem crédito relevante a ser recuperado da União”. Além disso, ele ressalta que o julgamento

foi uma oportunidade de não validar medidas inconstitucionais com base nas contas públicas. “Afinal, a União não estava preocupada com o impacto que a tributação inconstitucional teve, em todos esses anos, nas atividades produtivas do país”.

ATRIBUIÇÕES

Para o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF), que preside a Frente Parlamentar Mista da Reforma Tributária, um dos grandes problemas do Brasil o fato de a Receita Federal legislar por normativas e decretos. “Para que isso tenha fim, é preciso haver uma lei geral sobre todos os tributos, ou seja, aprovar uma lei que traga segurança jurídica para o empreendedor, e para que a Receita Federal atue sabendo que está na lei. É preciso tirar isso da interpretação do fiscal”.

Sobre esse ponto, o parlamentar faz um mea-culpa. “O STF só está julgando questões como essa porque nós não agimos como Congresso. Se já tivéssemos feito uma reforma tributária, o STF não precisaria legislar em nosso nome. Não existe ausência de poder. Quando alguém se ausenta, outro ocupa aquele espaço. O que aconteceu mostra a urgência de aprovarmos uma reforma tributária”.

O diretor adjunto jurídico da CNI diz que, embora o STF tenha atuado bastante em matérias tributárias, no caso do ICMS na base do PIS/Cofins, não enxerga uma revisão tributária. “O que o Supremo fez foi interpretar a Constituição, que estabelece o faturamento como a base de cálculo das duas contribuições federais. Acho que agiu nos limites que lhe cabem, interpretando e zelando pelo cumprimento da Constituição.”

De acordo com Cassio Borges, a CNI estuda a possibilidade de iniciar um processo de súmula vinculante no STF, o que facilitaria a vida do contribuinte e evitaria a judicialização. “Com a súmula vinculante, a PGFN e a Receita Federal também ficam vinculadas à decisão, dificultando a criação de eventuais obstáculos para a restituição ou compensação dos valores aos contribuintes”, explica o diretor da CNI. ■

“O que o Supremo fez foi interpretar a Constituição, que estabelece o faturamento como a base de cálculo das duas contribuições federais. Acho que agiu nos limites que lhe cabem, interpretando e zelando pelo cumprimento da Constituição”

▲
Cassio Borges

diretor adjunto Jurídico da CNI

5 perguntas



Alexis Fonteyne

Deputado Federal (Novo-SP) e 1º vice-presidente da Comissão Especial de Subsídios Tributários e Creditícios

▲
“É urgente que o país retome o controle fiscal e faça as reformas necessárias para cortar o Custo Brasil e melhorar o ambiente de negócios”

1 QUAL A EXPECTATIVA PARA A APROVAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA?

Eu sempre defendi uma reforma tributária ampla, pois só assim será possível simplificar o sistema tributário, reduzir os contenciosos e melhorar o ambiente de negócios, contribuindo para a atração de investimentos, o crescimento e a geração de empregos. O relator da Comissão Especial da Reforma Tributária apresentou um parecer que me agradou, trazendo a simplificação de cinco impostos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) em um único IBS com cobrança no destino e alíquota única a ser definida. Agora, o presidente da Câmara vai levar a matéria para o plenário, e os líderes terão que definir se a reforma vai tramitar como PEC (Proposta de Emenda à Constituição) ou se será dividida em partes, como diferentes projetos. Sabemos que não é fácil ter consenso nas agendas de reforma, mas precisamos manter o diálogo, ajustar o cronograma e dar andamento no plenário agora. O Brasil precisa e merece uma reforma tributária capaz de simplificar e alinhar o nosso sistema tributário ao mundo.

2 COMO O SENHOR AVALIA O JULGAMENTO DO ICMS NA BASE DO PIS-COFINS PELO STF?

Esse julgamento é o retrato da complexidade do sistema tributário brasileiro e da insegurança a que os contribuintes são

para...

submetidos em nosso país. Esse debate sobre a incidência do ICMS na base do PIS-Cofins se estende há mais de 20 anos e, durante muito tempo, as decisões judiciais foram sendo aplicadas de maneira divergente. Acho inadmissível que a finalização do julgamento pelo STF ainda esteja pendente e não concordo com a alegação da Procuradoria da Fazenda Nacional de que a decisão deveria ser modulada em virtude de argumento puramente econômico, baseado na perda de arrecadação. Os tributos cobrados indevidamente devem ser restituídos para quem tiver direito, pois é o que diz a melhor técnica tributária. Praticamente todo o setor produtivo brasileiro é afetado por essa decisão e as empresas já pagam um Custo Brasil altíssimo por toda a insegurança jurídica decorrente dessa complexidade tributária.

3 QUAL É A CHANCE DE RETORNO DO PAGAMENTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE?

Recentemente, realizamos uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) para discutir o pagamento de auxílio emergencial aos microempreendedores individuais (MEI) e às micro e pequenas empresas. Ouvimos especialistas e afetados para pensar na melhor forma de viabilizar o auxílio e ajudar os empreendedores. Veja que, até nesse ponto, entra a importância da reforma tributária, pois uma das grandes dificuldades dos pequenos empresários é ter que lidar com a complexidade do nosso sistema tributário. A maior parte deles precisa de alguém especializado para conseguir calcular todos os impostos a pagar, e toda essa burocracia gera um Custo Brasil elevado, especialmente para os pequenos empreendedores.

4 O QUE O BRASIL PRECISA FAZER PARA SAIR DA CRISE?

Para a crise de saúde pública, a solução é a vacina. Os impactos econômicos da crise só vão começar a ser revertidos quando boa parte da população estiver vacinada. Em um panorama geral, diria também que o Brasil precisa se voltar para os problemas que já existiam antes da pandemia. É urgente que o país retome o controle fiscal e faça as reformas necessárias para cortar o Custo Brasil e melhorar o ambiente de negócios. Precisamos observar o teto de gastos, fazer a reforma administrativa e a reforma tributária. Assim, vamos diminuir o excesso de burocracia e o tamanho do Estado, tornando o Brasil um lugar mais simples para trabalhar, empreender, viver e incluir.

5 QUAL É O PAPEL DA INDÚSTRIA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA?

É comum ouvir que o Brasil não teria vocação industrial, mas isso é um equívoco. Como afirmar isso se a indústria brasileira lida com o pior sistema tributário do mundo? No Brasil, coexistem os piores tributos para o setor industrial (ICMS, IPI, PIS e Cofins) e temos a maior carga tributária na área de indústria da transformação (46,7%). O setor de serviços tem em torno de 20% de carga tributária e o agronegócio, 1,7%. É óbvio que todos os setores têm a sua importância, mas só diminuindo o Custo Brasil e fazendo a reforma tributária é que vamos conseguir dimensionar, de fato, qual setor é competitivo no Brasil. Com menos burocracia estatal, protecionismo excessivo e complexidade tributária, poderíamos parar de inibir investimentos no país e conhecer o verdadeiro potencial da indústria na economia brasileira. ■

Menos confiantes, mas ainda otimistas

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL (ICEI) REGISTRA QUARTA QUEDA CONSECUTIVA, MAS EXPECTATIVAS PARA OS PRÓXIMOS SEIS MESES SOBEM EM 22 DE 30 SETORES INDUSTRIAIS

Os empresários industriais terminaram 2020 confiantes de que 2021 seria muito melhor e deixaria para trás o cenário desolador não apenas na saúde, como também na economia do país. No entanto, os primeiros meses do ano mostraram que a retomada da normalidade e do crescimento terá mais obstáculos do que o imaginado.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), elaborado mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), caiu pela quarta vez consecutiva em abril, atingindo 53,7 pontos. Apesar das sucessivas quedas, o índice ainda está acima dos 50 pontos, o que significa que os empresários seguem confiantes.

Um bom exemplo de quem tem razões para estar otimista está na experiência da Duratex, que viu seu quadro de funcionários aumentar no último ano em decorrência da expansão do mercado, com mais obras, compras de móveis e equipamentos para casas, escritórios e outros ambientes. Além disso, o lucro líquido da empresa cresceu 232% no primeiro trimestre de 2021 na comparação com igual período do ano passado.

“Nosso setor foi um dos menos afetados pela pandemia. Tivemos um fortalecimento do e-commerce e a possibilidade de retirada nas lojas e entrega nas obras desde o início da pandemia”, explica o presidente da empresa, Antonio Joaquim de Oliveira.

Com mais de 12 mil funcionários em todo o país, a Duratex atua no setor de produtos de madeira e revestimentos cerâmicos e prevê que os bons ventos seguirão. “Acredito em um ciclo positivo para os negócios diante de demanda forte, taxa de juros ainda em patamares baixos, boa execução de custos e produtividade”, completa Oliveira.

Esse cenário otimista é justamente o que apontou o ICEI – *Resultados setoriais*, também divulgado em abril. O Índice de Expectativas – que analisa o sentimento dos industriais em relação aos próximos seis meses – subiu em 22 dos 30 setores da indústria analisados: aumentou 0,9 ponto e alcançou os 58,1 pontos. “Por outro lado, a avaliação dos setores da indústria quanto às condições atuais das empresas e da economia brasileira, medida pelo Índice de Condições Atuais, registrou piora em 24 dos 30 setores analisados”, ressalta a pesquisa da CNI.

Cinco setores da indústria que estavam sem confiança em março voltaram a ficar confiantes: celulose e papel; couros e artefatos; bebidas; móveis; e obras de infraestrutura. Já os setores com as maiores altas de confiança em abril foram os de bebidas, celulose e papel e couro e artefatos. Os setores com as maiores quedas de confiança foram biocombustíveis, outros equipamentos de transporte e manutenção e reparação. ■

▼
“Acredito em um ciclo positivo para os negócios”, diz Antonio Joaquim de Oliveira, presidente da Duratex.





Os setores mais e menos confiáveis (em pontos no ICEI)



Setores mais confiáveis



Produtos de madeira

60,7



Metalurgia

59,5



Produtos farmoquímicos e farmacêuticos

57,8



Setores menos confiáveis



Calçados e suas partes

49,4



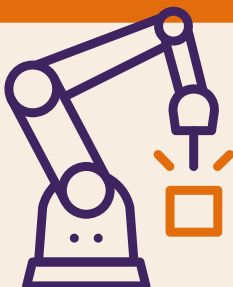
Produtos de limpeza, perfumaria e higiene pessoal

49,5



Serviços especializados para construção

50,0

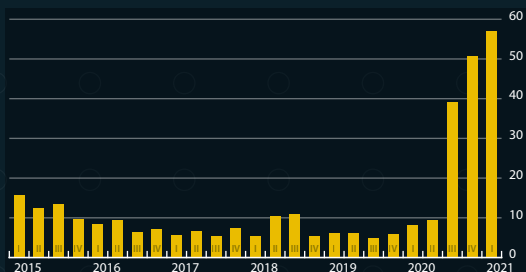


*O ICEI varia de 0 a 100 pontos.
Valores acima de 50 pontos indicam confiança.

Fonte: CNI/ Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) - Resultados Setoriais - Abril de 2021

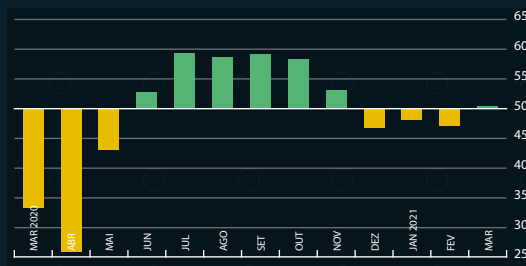
Termômetro

1 ► FALTA DE INSUMOS E AUMENTO DE PREÇOS PREOCUPAM INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO



Percentual de empresas da construção que apontaram a falta ou alto custo da matéria-prima entre os principais problemas enfrentados no trimestre
fonte: CNI / Sondagem Indústria da Construção - Março de 2021

3 ► PRODUÇÃO INDUSTRIAL AUMENTA EM MARÇO



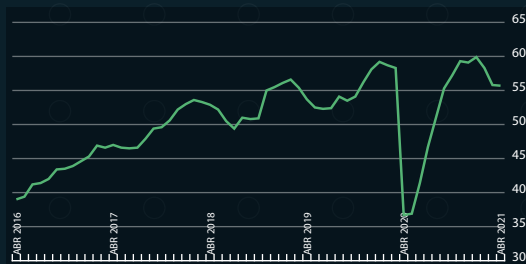
Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam aumento, estoque acima do planejado ou utilização da capacidade instalada acima do usual.
fonte: CNI / Sondagem Industrial - Março de 2021

2 ► 3 QUEDAS CONSECUTIVAS NA INTENÇÃO DE INVESTIR NA CONSTRUÇÃO



Índice de 0 a 100 pontos. Quanto maior o índice, maior a propensão de investir da indústria.
fonte: CNI / Sondagem Indústria da Construção - Março de 2021

4 ► INTENÇÃO DE INVESTIMENTO SEGUE ESTÁVEL



Índice de difusão (0 a 100 pontos). Quanto maior o índice, maior a propensão a investir da indústria.
fonte: CNI / Sondagem Industrial - Março de 2021

1 e 2

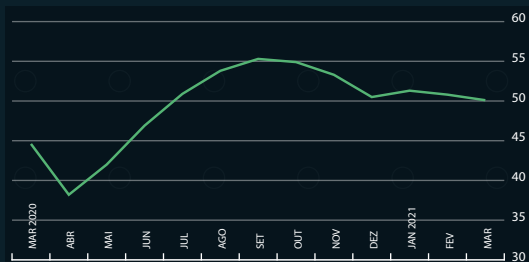


3, 4 e 5



econômico

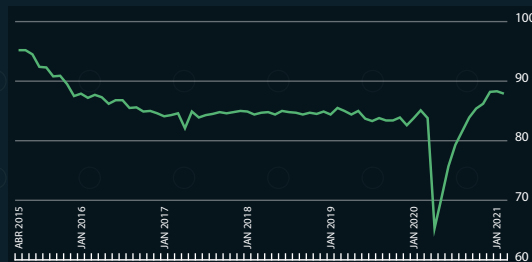
5 ► EMPREGO NA INDÚSTRIA FICA ESTÁVEL



*Valores acima de 50 indicam aumento no emprego frente ao mês anterior. Quanto mais distante dos 50 pontos, maior e mais disseminada é a variação.

fonte: CNI / Sondagem Industrial - Março de 2021

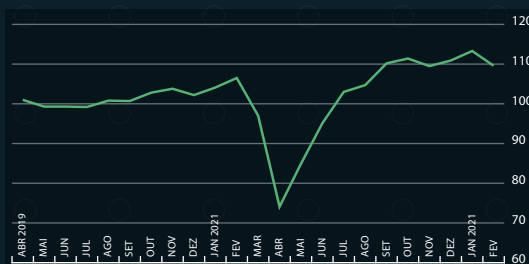
7 ► HORAS TRABALHADAS ENCERRAM SEQUÊNCIA DE 9 ALTAS



Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)

fonte: CNI / Indicadores Industriais - Fevereiro de 2021

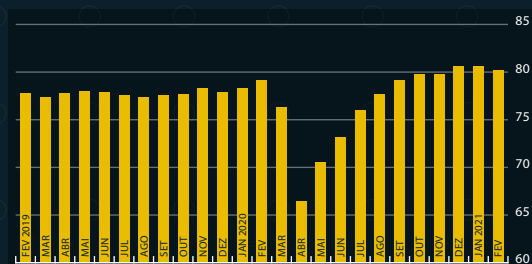
6 ► FATURAMENTO VOLTA AO NÍVEL DE NOVEMBRO DE 2020



Faturamento real dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)

fonte: CNI / Indicadores Industriais - Fevereiro de 2021

8 ► UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA SEGUE ACIMA DE 80%



Dessazonalizado (Percentual médio)

fonte: CNI / Indicadores Industriais - Fevereiro de 2021

6, 7 e 8



Giro Brasil

► INDÚSTRIAS DO MATO GROSSO TÊM SALDO POSITIVO NA GERAÇÃO DE EMPREGO

As indústrias do Mato Grosso criaram mais de 1,2 mil vagas de emprego em março, transformando o setor no segundo com o maior saldo de novos colaboradores no mês no estado. Segundo o *Observatório da Indústria* da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT), 83% das novas vagas foram geradas pela indústria de transformação, com destaque para as atividades de fabricação de produtos alimentícios, de madeira e metalmecânica. De acordo com o Ministério da Economia, o país gerou 184 mil empregos formais no mês de março.



País: Indústria Brasileira ► maio 2021



◀ MADE IN SENAI: SERVIÇOS AUXILIAM EXPORTAÇÕES DO SETOR TÊXTIL NA PARAÍBA

A cidade paraibana de São Bento, localizada a 375 km de João Pessoa, tornou-se a principal exportadora de redes de dormir do estado. De olho no crescimento das exportações registrado em 2020, as empresas têm procurado o SENAI para melhorar a produtividade com tecnologia. É o caso da empresa Santa Luzia Redes e Decoração, que já exporta para 23 países. Agora, contará com consultoria do SENAI e terá auxílio do Instituto SENAI de Tecnologia Têxtil e de Confeção da Paraíba para o desenvolvimento de padronagens em tecido.

IEL E SEBRAE DO PARÁ ABREM VAGAS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Sebrae do Pará estão abertos a novas adesões ao *Programa de Certificação em Gestão* (PCG) em Ananindeua. Com foco nas micro e pequenas empresas, o programa oferece a quem adere ao programa a orientação de especialistas e o acompanhamento técnico do IEL e do Sebrae. As empresas receberão auxílio para implementar ferramentas e novas formas de trabalho, com estratégias mais eficazes junto aos seus clientes, e terão ajuda para acessar linhas de crédito e crescer de forma sustentável.



▲ CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL SOB ENCÔMENDA EM MANAUS

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Amazonas (SENAI/AM), por meio de convênio firmado com a Prefeitura de Manaus, oferecerá 31 cursos de qualificação profissional no primeiro semestre de 2021 à população da cidade. Serão 720 vagas nas áreas de eletroeletrônica, tecnologia da informação, alimentos, técnicas de corte de peixe, atendimento ao cliente e almoxarife. Segundo o governo da capital, os cursos oferecidos por meio do SENAI são os mais procurados pelas empresas no Sine-Manaus.



▲ ESTUDANTES DO SESI/RN GANHAM MEDALHAS EM OLIMPIÁDA DE CIÊNCIAS

Duas estudantes do SESI de Mossoró, no Rio Grande do Norte, foram premiadas na *Olimpíada Nacional de Ciências* (ONC) de 2020. Laura Jales Pinheiro (foto) e Marialice de Assis Gomes, que estão no ensino médio, conquistaram a medalha de bronze na competição promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC). Além delas, outros nove alunos da escola receberam menção honrosa na disputa. A competição, realizada remotamente este ano, tem como objetivo estimular o interesse pelo estudo das ciências naturais.

Na linha de frente contra a Covid-19

DURANTE MAIS DE UM ANO DE PANDEMIA,
O SESI SE CONSOLIDOU COMO REFERÊNCIA
DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NA OFERTA
DE SERVIÇOS PARA LIDAR COM A DOENÇA

Todos fomos pegos de surpresa, inclusive a indústria. Enquanto países como a Itália e a Espanha decretavam lockdown completo e bastante rigoroso, a grande dúvida do setor industrial brasileiro era como manter as fábricas e a produção funcionando, para não prejudicar o abastecimento do país, sem colocar trabalhadores em risco.

O total desconhecimento até então sobre o novo coronavírus gerou um cenário de incertezas sem precedentes em todo o planeta. A primeira reação do Serviço Social da Indústria (SESI) foi, assim, investir na informação como uma das principais ações no enfrentamento da Covid-19.

Ainda no primeiro semestre de 2020, o SESI elaborou o *Protocolo de Gestão Segura e Saudável das Atividades Produtivas em Tempos de Covid-19 nas Empresas*, um guia disponibilizado gratuitamente para indústrias de todo o país. Além disso, lançou uma série de serviços buscando preservar a saúde do trabalhador durante a pandemia, como testagens, cursos, consultorias e assessorias presenciais e online, palestras de saúde e segurança e *lives* com médicos do trabalho.

As formas de lidar com a doença já passaram por diferentes fases. No atual momento, a principal dificuldade das indústrias está relacionada à adequação dos ambientes para o trabalho presencial e ao monitoramento/acompanhamento de profissionais contagiados ou com suspeita da doença.





O Protocolo de Gestão Segura e Saudável das Atividades Produtivas em Tempos de Covid-19 nas Empresas, elaborado pelo SESI ainda no começo da pandemia, foi um dos principais guias de orientação das empresas no enfrentamento da Covid-19

► “Os industriais nos procuram como fonte de informação, essencial para definir estratégias de negócio” destaca Katyana Aragão, gerente-executiva do SESI Nacional








Localizada em Itaboraí, a cerca de 50 km da capital do Rio de Janeiro, a Jotun é a unidade brasileira de uma das maiores fabricantes mundiais de tintas. Com 140 funcionários diretos e indiretos, para seguir com sua produção, a empresa contou com o apoio do SESI-RJ. Os consultores visitaram todas as áreas da indústria, como o restaurante e a fábrica em si, para verificar se os protocolos de saúde e segurança estavam corretos. Ao final, o SESI entregou um relatório completo com análise e recomendações do que poderia ser melhorado.

“Meses depois dessa consultoria, recebemos uma fiscalização do Ministério do Trabalho e, como já esperávamos, passamos por ela sem nenhuma observação. Para nós, o apoio do SESI foi fundamental”, conta o chefe de RH da Jotun no Brasil, Alessandro Corrêa. Segundo ele, com mais segurança, os colaboradores têm trabalhado mais tranquilos.

SERVIÇOS DO SESI MAIS DEMANDADOS

(Relacionados à Covid-19)

- 1º  **Teste rápido sorológico** (IgG/IgM)
- 2º  **Teleatendimento**
- 3º  **Assessoria virtual para adequação de ambientes de trabalho**
- 4º  **Teste laboratorial** (RT-PCR)
- 5º  **Consulta presencial**

Só no Rio de Janeiro, 17 indústrias contrataram a *Consultoria de Adequação Industrial em SST para prevenção da Covid*. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) também lançou e ofereceu gratuitamente às indústrias do estado o *Guia de Orientações para a Retomada Segura das Atividades* e o curso EAD *Boas Práticas e Segurança do Trabalho para Prevenção à Covid-19*, que contou com mais de 3,2 mil inscritos.

“Além de investir fortemente na saúde do indivíduo para ele trabalhar com segurança, os industriais nos procuram como fonte de informação, essencial para definir estratégias de negócio”, destaca Katyana Aragão, gerente-executiva de Saúde e Segurança na Indústria do SESI Nacional.

Foi com esse objetivo que a instituição também criou o *Boletim SESI Covid-19*, relatório semanal gratuito sobre a situação da pandemia no Brasil, e o vacinômetro. Os boletins do SESI trazem não apenas dados, mas a interpretação do que está acontecendo e as tendências para auxiliar gestores da indústria.

No Paraná, o Sistema FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) atende cerca de 11 mil indústrias, das quais cerca de 90% são micro e pequenas empresas. Tradicionalmente, as médias e grandes empresas já contam com equipes de Saúde e Segurança de Trabalho e, por isso, não têm o costume de demandar os serviços do SESI.

Mas isso mudou no último ano. “Observamos uma demanda cada vez maior das médias e grandes empresas em busca de informação, consultorias e de nossos serviços de testagem nas indústrias”, detalha Rosângela Fricke, gerente-executiva de Segurança e Saúde para a Indústria do Sistema FIEP.

A equipe do Sistema FIEP atuou intensamente nos últimos meses para se adaptar às novas necessidades, criando formatos de palestras, podcasts e assessorias online. Também lançou um blog que reúne toda a legislação relativa à Covid-19, protocolos de saúde, serviços em SST e até cartilhas



◀ O apoio do SESI foi fundamental para adequar a empresa aos novos protocolos de saúde e segurança”, diz Alessandro Corrêa (Jotun)

com orientações específicas para cada setor, como metalmeccânica, madeireiro e frigorífico. “Tivemos que desenvolver novos mecanismos e novas formas de atuação. Foi trocar a roda do avião em movimento”, finaliza Rosângela.

VACINAÇÃO

O SESI também é um importante aliado na vacinação da população contra a Covid-19. Atualmente, há parcerias fechadas com secretarias de saúde de oito estados brasileiros e, para facilitar o acesso das pessoas à vacina, colocou à disposição dos governos sua estrutura e seus profissionais.

Como segundo maior vacinador do Brasil, atrás apenas do SUS, o SESI atua há anos com a vacina contra a H1N1. Tanto em 2020 como em 2021, ele antecipou sua campanha de vacinação justamente para ajudar a identificar possíveis casos de pessoas contaminadas com a Covid-19. Neste ano, pelo menos 800 mil pessoas serão vacinadas pelo SESI contra a gripe. ■

BOLETINS SESI COVID-19





▲ Cientista-chefe da TDS. company, professor extraordinário da CESAR. school e presidente do conselho do portodigital.org

A fábrica figital

por SILVIO MEIRA*

Nos últimos meses, muitas empresas se viram obrigadas a antecipar projetos previstos para daqui a dois, três... cinco anos. O motivo, obviamente, foi a pandemia da Covid-19. Em paralelo, já vinha em curso uma outra transformação, só que figital.

No tempo de mudanças aceleradas pela pandemia, figital é uma das palavras-chave – e uma das chaves. Tudo será figital: mercados, empresas, times, pessoas (e cidades, países, governos) estão transitando do físico (ou analógico), mas não para o digital, como muitos ainda acham. A transformação é do espaço Físico, que passa a ser habilitado, aumentado e estendido pelo DIGITAL, ambos orquestrados no espaço social, em tempo (quase) real. O novo espaço competitivo é, pois, FIGITAL.

E a indústria, como fica no meio disso tudo? Bom, primeiro é preciso entender que as coisas, conectadas, vão mudar a fábrica, que vai encarar seus produtos como serviços. A fábrica que só faz produtos e envia para um distribuidor ou direto para um varejista faz parte do passado. O futuro da fábrica está no espaço físico aumentado pelo digital, orquestrado pelo social e em tempo quase real.

A fábrica figital sai do prédio analógico e ganha o mundo. As pessoas, de dentro e de fora da fábrica, começam a ser conectadas em redes e a orquestrar a dinâmica da

fábrica. Uma das ideias por trás dos modelos de negócios C2M (*client-to-manufacturer*) é trazer dados dos clientes usando produtos para a fábrica, onde serão usados para gerar *insights* sobre produtos novos ou atuais.

Mais do que “só” conectar produtos, as plataformas digitais da fábrica figital conectam tudo e têm o potencial de fazer dessa fábrica o sistema operacional não só dos seus produtos, mas do contexto em que são usados. Mais do que olhar para esse cenário e tais possibilidades como processo industrial, como é típico no pensamento fabril (especialmente no Brasil), a indústria deveria pensar seriamente em como usar as possibilidades combinadas da Internet das Coisas e das plataformas digitais para criar, operar, manter e evoluir ecossistemas figitais de produtos e serviços em rede.

Na fábrica figital do carro, por exemplo, há um gêmeo digital do veículo que ela própria dirige, faceta de negócio que vai gerar suas maiores margens, porque o carro, os metais e os plásticos são apenas suporte para a performance, para a mobilidade conectada, onde tudo é *software*. Aliás, tudo é *software* – como serviço, que cria resultados para os clientes – em todas as fábricas. Indústrias que não entenderem isso terão dificuldade para sobreviver já na próxima meia década e, principalmente, depois. ■

Revista Indústria Brasileira

Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

► DIRETORIA

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva; Francisco de Assis Benevides Gadelha; Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

VICE-PRESIDENTES

Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban; Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio de Castro; Edilson Baldez das Neves.

1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires; Ricardo Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira; Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho; José Henrique Nunes Barreto; Nelson Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

► CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Irineu Milanesi.

MEMBROS SUPLENTE

Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS

Mariana Flores

Desenvolvimento e Produção

► FSB COMUNICAÇÃO

CONSULTOR EDITORIAL

Wladimir Gramacho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rachel Mello (DF 3877/95)

REPORTAGEM

Vivaldo de Sousa, Aerton Guimarães, Ana Flávia Flôres e Marina Simon.

PROJETO EDITORIAL

Guto Rodrigues

REVISÃO DE TEXTO

Renata Portella

CAPA

GettyImages

Informações técnicas:

tel (61) 3317-9472

fax (61) 3317-9456

revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

INVESTIR EM EDUCAÇÃO DEIXA O FUTURO CADA VEZ MAIS SEGURO.

Em um mundo em constante mudança, projetos inovadores em educação, saúde e segurança no trabalho ajudam a promover uma verdadeira transformação na indústria e na vida dos trabalhadores. E, para garantir que, no presente, profissionais da indústria brasileira estejam com um pé no futuro, o SESI conta com nove Centros de Inovação que desenvolvem as mais avançadas tecnologias, que beneficiam milhares de trabalhadores. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

**O SESI está construindo hoje
o futuro do trabalho.**

#pelofuturodotrabalho

#ofuturodatrabalho

SESI

Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO

Saiba mais em www.sempresesisenai.com.br

[f/SESINacional](#) [t/sesi](#) [in/sesi-nacional](#)